

José Lopes da Silva

ESTUDO BÍBLICO DOUTRINA CATÓLICA

.....

LIVRO DA CARTA
AOS ROMANOS



José Lopes da Silva

ESTUDO BÍBLICO DOCTRINA CATÓLICA

.....

**LIVRO DA CARTA
AOS ROMANOS**

2021

Copyright © 2021 José Lopes da Silva

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem a prévia autorização, por escrito, de seu autor.

1ª EDIÇÃO

DIAGRAMAÇÃO

Cia Das Ideias | @cia.das.ideias

IMAGENS

pixabay.com.br

pt.wikipedia.org

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO AO LIVRO DA CARTA

AOS ROMANOS	6
Síntese	6
A comunidade cristã de Roma e a finalidade da carta	8
Uma Igreja que Paulo não fundou	8
Cristãos judeus convertidos em Jerusalém	8
Uma igreja de irradiação mundial	9
Os judeo-cristãos	9
Os pagãos	9
Cristãos de origem judia e de origem pagã	10
A Carta aos Romanos na vida de Paulo	10
Um novo horizonte: Ocidente, Espanha	11
A coleta para Jerusalém	11
Autenticidade da Carta aos Romanos	12
Alcance ecumênico	12
Caráter trinitário	13
Estilo, gênero e formas literárias	13
Teologia da Carta aos Romanos	14
Afinidade entre os temas de Gálatas e de Romanos	14
A humanidade pecadora submetida à cólera de Deus	14
A reabilitação pela fé	15
A fé	15
Cristo, segundo Adão	15

O batismo	16
A lei	16
O mistério de Israel.....	16
Conclusão.....	17
ESTUDO DO LIVRO DA CARTA AOS ROMANOS	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

INTRODUÇÃO AO LIVRO DA CARTA AOS ROMANOS

.....

Depois de uma breve saudação, Paulo começa sua carta com uma ação de graças e uma oração dirigida a Deus Pai, mediante Jesus Cristo. Em seguida, nos capítulos 1 e 4, Paulo trata da salvação pela fé ou da justificação cristã. Pagãos e judeus, que estão todos sob o pecado e objetos da ira de Deus, são justificados pela fé. Papel da lei e eficácia da fé. Nos capítulos 5 a 8, Romanos trata da salvação universal por Jesus Cristo que o Pai envia para restabelecer tudo o que Adão tinha destruído. Vivemos uma vida nova com Cristo morto e ressuscitado, conforme a Lei do Espírito. No capítulo 8 expõe maravilhosamente bem a vida cristã pelo Espírito. É o vértice da Carta aos Romanos: o mistério da filiação divina, da futura glória e do amor do Pai.

Nos capítulos 9 e 11 trata da situação de Israel e da salvação dos judeus, que um dia serão integrados à comunidade dos que são salvos. Os capítulos 12 a 15 são a parte parenética. Exortação à vida cristã, à comunhão fraterna, ao amor aos amigos, ao respeito pelo irmão mais fraco. São orientações práticas para a vivência cristã em Cristo. O capítulo 16, depois de falar dos projetos de viagem, apresenta uma lista de saudações e advertências e termina com uma doxologia.

Síntese

Vamos apresentar um esquema proposto por A. Schokel:

- 1,1-15 Saudação, desejo de visitar Roma
- 1,16-18 Revelação da justiça que liberta e da ira que condena
- 1,19-3,20 Ira
- 1,19-32 A humanidade culpada
- 2,1-11 O julgamento de Deus
- 2,17-3,8 Os judeus e a lei
- 3,4-20 Todos os pecadores
- 3,21-4,23 A salvação pela fé
- 3,21-34 Exclusivamente pela fé
- 4,1-12 O exemplo de Abraão
- 4,13-23 A primeira descendência
- 5,1-8,39 Conteúdo positivo da salvação
- 5,1-11 Consequência da nova justiça
- 5,12-21 Adão e Cristo
- 6,1-11 Morte ao pecado, vivos com Cristo
- 6,12-23 Emancipados do pecado, servos de Deus
- 7,1-6 Comparação com o matrimônio
- 7,7-23 A condição humana pecadora
- 8,1-17 Vida pelo Espírito
- 8,18-27 Esperanças da Glória
- 8,28-39 O amor de Deus
- 9-11 O enigma de Israel
- 9,1-23 A escolha de Israel
- 10,1-21 A salvação universal
- 11,1-21 O resto de Israel
- 11,13-24 Salvação dos pagãos
- 11,25-36 Conversão de Israel
- 12-15 Parte parenética

- 12,1-21 Normas de vida cristã
- 13,1-10 Obediência às autoridades
- 13,11-18 A vinda de Cristo
- 14,1-12 Liberdade e caridade
- 14,18-15,6 Não escandalizar
- 15,7-13 Judeus e pagãos
- 16,1-27 Saudações pessoais
- 16,2.5-27 Doxologia final

A comunidade cristã de Roma e a finalidade da carta

Uma Igreja que Paulo não fundou

Paulo escreve pela primeira vez a uma Igreja que ele não tinha fundado. Nós gostaríamos de possuir mais informações sobre as origens e a situação dessa comunidade. Quando e quem pregou pela primeira vez o Evangelho na capital do Império? Qual era a postura dos cristãos de Roma (se é que tinha alguma) face a Paulo, seu “evangelho” e seus métodos apostólicos? São perguntas às quais só se pode responder com hipóteses.

Cristãos judeus convertidos em Jerusalém

Alguns comentaristas, baseando-se em At 2,5, opinam que alguns judeus romanos, presentes em Jerusalém no dia de Pentecostes e convertidos pela pregação de Pedro, levaram à capital do Império a primeira semente cristã. Nesse caso, a fundação da Igreja de Roma remontar-se-ia ao ano 30 e não seria obra de um apóstolo determinado. É uma hipótese que não se pode rejeitar sistematicamente, mas tampouco admitir com suficiente probabilidade.

Uma igreja de irradiação mundial

É seguro que, na época em que Paulo escreve, a comunidade de Roma está em plena vitalidade: “Porque em todo o mundo é preconizada a vossa fé” (1,8); “a vossa obediência se tornou notória em toda parte” (16,19). Ainda que haja algo de hipérbole nessas expressões, é indubitável que os fiéis de Roma deviam formar uma cristandade importante, muito conhecida das outras igrejas por estar situada na capital do Império. Também podemos perguntar-nos se Paulo teria enviado uma carta como esta a um grupo pequeno e insignificante e empregado um tom tão solene no exórdio (1,9-12). Paulo se dirige a cristãos provindos do judaísmo ou do paganismo? As opiniões divergem.

Os judeo-cristãos

Por um lado, Paulo trata de problemas tipicamente judeus ou judeo-cristãos. Ele se confronta com judeus satisfeitos consigo mesmos, nomeando-os explicitamente (2,17-3,8). Quando apresenta sua tese da reabilitação pela fé, a opõe à lei mosaica (3,21-31). A referência a Abraão (capítulo 4) supõe que os destinatários conheciam bem o Antigo Testamento. Um capítulo inteiro - o 7 - constitui uma reflexão sobre o papel da lei. A mediação sobre o mistério de Israel ocupa três capítulos (9-11). Enfim, o tema principal da carta é que a salvação do homem não se encontra na lei nem na circuncisão, mas somente na fé. Não dá para pensar, com tudo isso, que a comunidade cristã de Roma era em sua maioria judeo-cristã?

Os pagãos

Por outro lado, tampouco a opinião contrária carece de sólidas razões. Com efeito, desde a saudação inicial, Paulo justifica sua intervenção

ante os cristãos de Roma referindo-se à “graça e o apostolado, a fim de levar, em seu nome, todas as nações pagãs à obediência da fé, entre as quais também vós sois os eleitos de Jesus Cristo” (1,5-6). Deseja ir a Roma para “recolher algum fruto entre vós, como entre os outros pagãos” (1,13).

Cristãos de origem judia e de origem pagã

Parece legítimo afirmar que a comunidade de Roma estava composta de cristãos procedentes do judaísmo e do paganismo, os quais continuavam marcados por suas respectivas origens e tinham dificuldade em aceitar-se reciprocamente. Por esse motivo, Paulo se dirige a uns e a outros recomendando-lhes a união e a acolhida mútua.

O elemento judeo-cristão predominou sem dúvida desde a implantação do Evangelho em Roma. As primeiras pregações se faziam no meio judeu, e se sabe que a colônia judaica de Roma era muito importante na primeira metade do século I. Mas, no ano 49, um edito do imperador Cláudio expulsou os “judeus” de Roma.

Os pagãos-cristãos, aos quais não concernia o edito imperial, começaram a ser maioria na comunidade cristã de Roma. Porém, como o edito de Cláudio logo foi revogado, os judeo-cristãos puderam regressar a Roma, talvez desde o começo do reinado de Nero, no ano 55.

A Carta aos Romanos na vida de Paulo

Paulo redige a carta em Corinto no princípio do ano 58. A grande maioria dos comentaristas data a carta entre os anos 57 e 58; mais precisamente ainda, no princípio do ano 58, durante os três meses de estadia de Paulo em Corinto.

Em Corinto, Paulo é hóspede de Gaio (Rm 16,23), em cuja casa se

reúne a comunidade cristã. Esse Gaio é, com toda a probabilidade, o que foi batizado pessoalmente por Paulo (1Cor 1,14). Então o apóstolo, que já no começo dessa terceira viagem tem escrito a Carta aos Filipenses, decide dirigir aos cristãos de Roma uma carta que lhes enviará seguramente por meio da diaconisa Febe (Rm 16,1-2) e na qual exporá as grandes linhas de seu “evangelho”.

Paulo está em um momento crucial de sua vida missionária. Dando uma olhada para trás, Paulo tem a impressão de que seu trabalho, quanto ao essencial, já está acabado no leste. “De maneira que tenho divulgado o Evangelho de Cristo desde Jerusalém e suas terras vizinhas até a Ilíria” (Rm 15,19).

Um novo horizonte: Ocidente, Espanha

Posto que o Oriente já está evangelizado (no sentido que Paulo dá ao termo), tem que se dirigir ao Ocidente. Esse Ocidente não evangelizado é a Espanha. Paulo decide, pois, ir para lá (Rm 15,24). Porém, a Espanha está longe; necessita-se uma etapa: Roma. Há muito tempo desejava visitar os cristãos da capital do Império (Rm 1,10-11; cf. At 19,21). Esta é a ocasião: “espero ser-vos de passagem, quando eu for a Espanha” (Rm 15,24).

A coleta para Jerusalém

Antes de empreender essa viagem ao Ocidente, o apóstolo tem uma missão a cumprir (Rm 15,25-28): levar a Jerusalém o produto da coleta que ele havia organizado nas igrejas dos gentios e da qual tinha falado longamente em 2Cor 8 e 9,1.3.

Autenticidade da Carta aos Romanos

A autenticidade global da carta é admitida universalmente. No entanto, têm surgido alguns problemas a propósito dos destinatários e, sobretudo, da doxologia final.

O capítulo 16: um caso particular. É uma nota destinada à Igreja de Éfeso?

Mesmo supondo aceita a autenticidade paulina do capítulo 16, a longa saudação e a doxologia no final de uma carta dirigida aos cristãos de Roma parece estranha a muitos comentaristas. E perguntam-se como Paulo conhecia tantas pessoas em Roma, onde ele nunca havia ido. Também afirmam que a despedida de 15,33 já seria um bom final para a carta, daí a hipótese seguinte: o capítulo 16 (exceto a doxologia), ainda que autenticamente paulino, não formava parte da carta, mas estava dirigido à Igreja de Éfeso.

Essa hipótese tem partidários e adversários que apresentam muitos argumentos pró e contra. Mas na realidade essa hipótese apresenta mais problemas do que soluções. Por isso, a maioria dos exegetas prefere ficar com a Tradição dos manuscritos e com o testemunho da Antiguidade, que é unanimemente a seu favor.

Alcance ecumênico

A primeira seção (1,18 a 5,11) é grata aos protestantes; muito simples a situação do homem que comparece diante do tribunal de Deus e é salvo da pena de condenação por um veredicto de graça. A segunda seção (5,12-6,23) atrai a atenção dos católicos, porque viram nela uma teologia do pecado original e, sobretudo, pelo caráter sacramentário do capítulo 6.

Caráter trinitário

Sejam quais tenham sido as intenções de Paulo, podemos assinalar que o acento se põe sucessivamente no papel de uma das pessoas da Trindade. Na primeira seção (1,8-5,4), o Pai está em primeiro plano; ele é quem, com seu desígnio eterno de misericórdia, salva a humanidade da ira. Na segunda seção (5,12-6,23), Cristo, novo Adão, ocupa o primeiro lugar. A terceira seção (7,1-8,39) é uma das páginas mais formosas do Novo Testamento sobre o Espírito Santo. A quarta seção (9-10) acaba contemplando, em uma perspectiva escatológica, a realização total do desígnio de Deus no final da história.

Estilo, gênero e formas literárias

A carta apresenta grande variedade de formas literárias.

O gênero hínico se encontra em 8,31-39; 11,33-36; 16,25-27.

O gênero homilético caracteriza o capítulo 6, que é uma homilia batismal: partindo do rito sacramental, da iniciação cristã, Paulo mostra as exigências que daí derivam para a vida cristã.

Abundam os raciocínios escriturísticos. Frequentemente, se apresentam segundo o esquema das disputas escolásticas praticadas nos ambientes rabínicos (3,4-20; 4,3-23; 9,6; 11,10; 12,16-20).

As exortações morais e as explicações parenéticas constituem, como se tem visto, a trama dos capítulos de 12 a 15.

Deve-se destacar, sobretudo, o emprego sistemático nesta carta da “diatribe”, tão grata aos estoicos. É um gênero literário consistente em dialogar com um interlocutor fictício que pede explicações ou apresenta objeções e ao qual se responde como se estivesse presente.

Teologia da Carta aos Romanos

Afinidade entre os temas de Gálatas e de Romanos

Em ambas as cartas se encontram muitos temas importantes: natureza do Evangelho (Gl 1,6-10 e Rm 1,16-17). Reabilitação pela fé e não pelas obras da lei (Gl 3,16 e Rm 3,20-28). Exemplo reduzido do caso de Abraão (Gl 3,6 e Rm 4,1ss). Conflito entre a carne e o espírito (Gl 5,19-25 e Rm 7,14-25; 8,2-9). Valor redentor da morte de Cristo (Gl 1,4; 3,13; 4,5; 2,20 e Rm 3,24; 5,8; 8,31-39). Papel do batismo (Gl 3,27 e Rm 6,3-5). Vida cristã concebida como participação na morte e na ressurreição de Cristo (Gl 2,19; 5,24; 6,15 e Rm 6,4-5).

A humanidade pecadora submetida à cólera de Deus

“A Escrita encerrou tudo sob o império do pecado.” Essa afirmação de Gálatas (3,22) se encontra também quase que palavra por palavra em Rm 11,32 e está amplamente desenvolvida em Rm 1,18 a 3,19. Paulo traça um quadro pessimista da situação da humanidade, toda ela pecadora (judeus e pagãos) e, portanto, sob a cólera de Deus. O termo “cólera”, que não aparece em Gálatas, é frequente em Romanos (1,18; 2,5; 2,8; 3,5; 4,15; 5,9; 9,22; 12,19; 13,4-5). Para sublinhar melhor a onipotência da graça, Paulo destaca a incapacidade do homem para libertar-se da escravidão do pecado com os recursos da sua inteligência (os pagãos) ou pela prática da lei (os judeus).

A constatação catastrófica feita nos três primeiros capítulos da carta parece levar à desesperação do homem deixado a si mesmo. Então é quando se revela a “justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo, para todos os fiéis (pois não há distinção; com efeito, todos pecaram e todos estão privados de glória de Deus), e não justificados gratuitamente por sua

graça; tal é a alva da redenção, realizada em Jesus Cristo.” (3,22-24).

A reabilitação pela fé

Sentido de dikaiosyne, dikaios, em Paulo.

Em Romanos, utiliza Paulo nada menos que quarenta vezes a palavra dikaiosyne, que, seguindo a Vulgata, é traduzida há séculos por “justificação”, “justiça” ou pelo adjetivo “justo”.

Assim se tem que compreender o verbo “justificar”. Dizer que Deus justifica o homem não significa que o aprove, que reconheça sua inocência ou seus méritos pessoais, que proclame “seu direito”. Quer dizer que, livremente, por fidelidade a si mesmo, Deus pronuncia sobre o homem um veredicto de graça que o salva do pecado e, de forma totalmente gratuita, lhe dá acesso aos bens da promessa. Portanto, fica eliminado todo orgulho humano. Ao homem só se lhe pede que receba com humildade e confiança uma graça que não depende de seus méritos anteriores. É reabilitado não porque tem direito, mas porque Deus é fiel.

A fé

O homem chega à reabilitação pela fé. Não se trata aqui antes de tudo de uma adesão intelectual a um determinado catálogo de verdades, mas de uma entrega total do homem a Deus, considerado como o único capaz de salvá-lo.

Cristo, segundo Adão

Paulo não trata tanto de estabelecer um paralelo de semelhança estrita entre o primeiro e o segundo Adão quanto de demonstrar a superioridade deste sobre aquele.

O batismo

Na Carta aos Gálatas, Paulo só faz uma rápida alusão ao batismo (Gl 3,27). Pelo contrário, em Romanos, desenvolve sua teologia, sua mística e suas exigências concretas (Rm 6,3-14). A seus olhos, imersão batismal simboliza a sepultura de Cristo e sua ressurreição gloriosa na manhã de Páscoa. Porém, é algo mais que um símbolo: o gesto batismal realiza uma verdadeira Páscoa na pessoa do batizado. Daí em diante, este está radicalmente morto para o pecado e vive da mesma vida do Ressuscitado.

A lei

A postura de Paulo com respeito à lei não difere da que havia expressado na Carta aos Gálatas. Entende-se sempre que “o homem é justificado pela fé, sem as observâncias da lei” (Rm 3,28).

Quanto ao papel da lei, Paulo não nega que, em si mesma, considerada em abstrato, a lei seja boa e até “santa” (7,12). Mas como vem em um mundo de pecado, sem dar a força de praticar o que manda, contribui em realidade a dar ao pecado toda sua provocação (7,13).

O mistério de Israel

Paulo não pode deixar de abordar um problema angustiante: como é possível que o povo de Israel, em seu conjunto e em suas responsabilidades oficiais, não haja aceitado a mensagem cristã apesar de ser a realização das promessas feitas por Deus a Abraão e reiteradas pelos grandes profetas do passado?

Em Rm 9,11, Paulo prova que o plano de Deus não fracassou. Ainda mais, o fato de que Israel não aceita de momento a mensagem do Evangelho contribui para a conversão dos pagãos. Enfim, essa aparente eliminação de Israel é provisória. Chegará um dia em que participará

plenamente das riquezas messiânicas (11,1-15). Tudo está ordenado para a salvação de todos - judeus e pagãos.

Conclusão

A carta termina com uma longa lista de saudações (16,1-16), um aviso contra eventuais perturbadores da ordem (16,21-24) e uma doxologia (16,25-27).

ESTUDO DO LIVRO DA CARTA AOS ROMANOS

.....

Saudação (Rm 7). A saudação, com seus componentes básicos - remetente, destinatários e anseios -, mais que uma saudação, parece um discurso de inauguração. Paulo está escrevendo para uma Igreja que ele não fundou e sobre a qual ele não atribui a si o direito de paternidade, daí o aspecto formal e solene de sua introdução. Apresenta-se com três títulos: “servo de Jesus Cristo”, “escolhido para ser apóstolo” e “reservado para anunciar o evangelho”. Essa é a nova identidade que o Senhor lhe deu no caminho de Damasco e que o definirá para sempre.

Paulo se considera embaixador de Cristo e, junto dos títulos de quem o envia, menciona a finalidade de sua missão: anunciar a “Boa-Nova” da parte de Deus. Para isso (vv.3s) emprega uma fórmula primitiva da confissão de fé à qual acrescenta um toque pessoal. Quem o envia é o Filho de Deus, o mesmo que na ressurreição recebeu plenos poderes para exercer seu senhorio sobre o mundo. A missão de Paulo participa dos poderes do ressuscitado e se estende a todos os povos pagãos entre os quais se encontra Roma, capital do Império Romano. Sua missão tem como objetivo provocar uma resposta de fé à mensagem do Evangelho. Como a comunidade de Roma já respondeu, seus membros recebem o título honorífico de “queridos de Deus, chamados a serem santos” (v.7).

Desejos de visitar a comunidade de Roma (Rm 15). A ação de graças a Deus, habitual no início de todas as cartas, serve a Paulo para

declarar sua relação pessoal, não oficial, com a Igreja de Roma. E assim menciona seus desejos de visitá-la. Embora não conheça pessoalmente os romanos, tem notícias de sua fé. Daí que os tenha presentes em suas orações e deseje encontrar-se com eles face a face. Por que Paulo desejava visitar a comunidade cristã de Roma? Acaso não haviam recebido já a fé que ele mesmo acaba de elogiar? As razões ele as vai desfiando pouco a pouco: ele quer comunicar aos romanos seu carisma pessoal para os fortalecer, ou melhor - apressa-se a dizer para não parecer presunçoso - deseja compartilhar o mútuo consolo da fé comum e colher entre eles algum fruto. Isso se fundamenta na vocação que recebeu e o fez devedor, não tanto de Deus, e sim dos homens e mulheres sem distinção.

Perdão e castigo: programa (Rm 18). Paulo parece algo impaciente por apresentar seu Evangelho aos romanos, até antes de chegar a Roma. Diz que não se envergonha, nem se sente impotente ou complexado com a Boa-Nova que anuncia, aludindo a que a mensagem da cruz é uma loucura (1Cor 1,18) da qual até mesmo os próprios cristãos se acovardam. Sentiam-se complexados alguns romanos diante dessa novidade e suas consequências?

E propondo já o tema da carta, diz que essa utópica loucura é “uma força vinda de Deus para a salvação de todo o que crê” (v.16). Judeu até suas raízes, o apóstolo acrescenta: “ao judeu, em primeiro lugar” (v.16). A não aceitação do Evangelho por sua gente judaica será sua grande frustração e tragédia (cf. 2Cor 12,7-9). O apóstolo refere-se a essa força divina com uma palavra cheia de ressonâncias bíblicas: “justiça de Deus”, uma justiça que rompe todos os esquemas da justiça humana (cf. Is 42,21; 46,13; Sl 35,7.11) e que é a que salva e liberta. O Evangelho revela, manifesta, aplica e faz efetiva esta iniciativa de salvação de Deus. A única condição para recebê-la é a fé, é confiar em Deus e dar sua adesão a Jesus

como Messias. Assim, o Evangelho oferece salvação e vida.

A humanidade culpada (Rm 32). Paulo começa apresentando a outra “face” do Evangelho. O “anúncio” é também “denúncia”. O Evangelho que revela a justiça salvadora de Deus também manifesta sua atitude irreconciliável contra tudo o que se levanta em oposição a seu projeto de salvação, revela a “ira de Deus”. O apóstolo lança mão de uma das imagens mais fortes do AT (cf. Sf 1,15; Jr 50,11-17; Ez 5,13; 36,5-13) que apresenta um Deus colérico e irado, “contra toda impiedade e perversidade dos homens [e mulheres], que pela injustiça aprisionam a verdade” (v.18). Seus olhos iluminados pela fé parecem abranger toda a humanidade que se opõe à verdade. Refere-se primeiro ao mundo pagão que o rodeia e ao qual foi enviado a evangelizar; depois o fará com seu povo, os judeus, aos quais anunciou o Evangelho com insistência e cuja maioria a ele se opõe e resiste.

Como em uma visão apocalíptica, Paulo contempla em primeiro lugar a situação aterradora à qual podem chegar os homens e as mulheres do mundo pagão quando afastaram de suas vidas a presença vivificante e salvadora de Deus. Não é em vão que o apóstolo está escrevendo, a partir de Corinto, uma das cidades mais corrompidas do império naquele tempo. Com o tom de um profeta do AT, Paulo se põe a descrever o Evangelho da ira de Deus em ação com uma implacável constatação: “Deus entregou-os aos desejos dos seus corações, à imundície” (v.24), “entregou-os a paixões vergonhosas” (v.26), “entregou-os a sentimentos depravados” (v.28).

O apóstolo está apresentando um Deus vingativo e tenaz no castigo? Não, este não é o Deus de seu Evangelho. Paulo está descrevendo o castigo a que se submetem aqueles homens e mulheres que se transformam nos piores inimigos de si mesmos quando substituem a “verdade de Deus pela

mentira” (v.25). A “mentira” é o pecado radical do ser humano, conduz à idolatria: “adoraram e serviram a criatura em vez do Criador” (v.25). Desterrar Deus de nossas vidas é o pior castigo que podemos dar a nós mesmos. É a esse desterro de Deus que o apóstolo chama, atrevidamente, de ira de Deus. Pois bem, Deus pode estar ausente de seu mundo, indiferente diante da sorte de seus filhos e filhas por mais pecadores e depravados que sejam? Paulo diz que não, que sua “presença amorosa” se transforma em “presença irada”, que é “ausência” para o pecador. É esta uma estratégia do amor infinito de Deus? Que dizer dessa visão trágica de um mundo em falência e à deriva, dominado por todas as paixões, todas as corrupções, todas as injustiças? Paulo está condenando de maneira abrupta as religiões, as culturas, a moral do mundo pagão de seu tempo? Certamente que não. Escreveria o mesmo se contemplasse nossa sociedade de hoje, inclusive a denominada “cristã”. O apóstolo é um pessimista irremediável? Exatamente o contrário. Não esqueçamos que começa sua carta apresentando-se como embaixador plenipotenciário de Jesus, que em sua ressurreição recebeu plenos poderes para exercer seu senhorio salvador sobre o mundo (v.5). Paulo não olha o mundo como moralista condenador dos vícios e excessos como qualquer pregador ambulante. Seus olhos iluminados pela fé veem mais além, contemplam aterrados a “raiz” de toda maldade e injustiça humanas que podem envenenar os comportamentos pessoais e coletivos, as sociedades, as culturas e até mesmo as religiões de todos os tempos: a “ausência de Deus”, produzida pelo pecado. Ou, o que é o mesmo, esquadrinha e desmascara o mais profundo da condição humana; ele a vê como “pecado”, sob a ira de Deus. Essa visão o espanta, daí que seu caráter apaixonado nos tenha deixado esta lista de horrores.

Não obstante, não nos esqueçamos de que estamos na introdução ao

“Evangelho da salvação” - o tema da carta - e que essa apresentação do Evangelho da ira não pode ser entendida separadamente do desnordeante anúncio da salvação do qual Paulo é mensageiro e embaixador. Não perdemos de vista que para o apóstolo a ira de Deus está sempre a serviço de seu amor.

O julgamento de Deus (Rm 2,1-16). Paulo volta-se agora para seu povo. Antes se dirigiu aos pagãos em terceira pessoa; a seguir o faz em segunda pessoa, na maneira de controvérsia ou estilo de diatribe, isto é, imaginando um rival judeu cujas objeções citam-se para serem refutadas. É como se esse judeu tivesse escutado, com ar de autossuficiência e aprovação, as condenações anteriores de Paulo contra o paganismo. Substituamos nós o “judeu imaginário” do apóstolo pelo “cristão autossuficiente”, que julga os pagãos e seguidores de outras religiões, e teremos o quadro completo. Paulo discute com este “sujeito orgulhoso”, e anuncia também a ele o Evangelho da ira de Deus. Para começar, recorda-lhe a imagem bíblica do “juiz julgado” (cf. Natã e Davi em 2Sm 12; a canção da vinha de Is 5,1-7; os juízes da adúltera em Jo 8,7) e o convida a que aplique a si mesmo as consequências. Diz-lhe que também ele participa da condição humana e que é tão pecador como os outros. Toda atitude religiosa, qualquer que seja a tradição, se não nos leva ao reconhecimento de nosso pecado, ao arrependimento e à conversão, é falsa e hipócrita. Paulo vai resumi-la lapidarmente no fim de sua exposição: “Não há nenhum justo, não há sequer um” (3,10).

O apóstolo quer destruir essa falsa segurança da qual o interlocutor imaginário se pavoneia que se vê a si mesmo “justificado” - salvo diante de Deus, graças ao cumprimento da lei (cf. Lc 18,11). Paulo está indicando uma das características do judaísmo de seu tempo? O que procura é levar esse sujeito a reconhecer que não goza de privilégio nem de vantagem

nenhuma no momento do julgamento de Deus, pois cada um, pagão ou judeu, será julgado segundo suas obras. No fim das contas, a lei da qual os judeus se vangloriam leva-a gravada toda pessoa em seu coração, seja de que religião for. A consciência humana é que funciona como lei (cf. Pr 6,23). A intenção final do apóstolo é colocar em igualdade de condições ambos, o pagão e o judeu, perante o julgamento de Deus que se realiza por meio de Jesus Cristo; um julgamento que já está em andamento porque chega com o Evangelho. É o julgamento da ira, etapa que nos prepara para aceitar o “julgamento de salvação”. Somente a partir da convicção de nossa realidade de pecadores é possível nos abrimos para a “iniciativa da salvação” de Deus por Jesus Cristo. Esse reconhecimento de nosso pecado não se restringe ao indivíduo, mas também à coletividade, à “instituição”. A Igreja não é somente formada por “pecadores individuais”, mas pecou e continua pecando como coletividade, como instituição. Quantos séculos demorou nossa “instituição eclesial” para reconhecer pública e oficialmente seu pecado coletivo contra outras raças, religiões e povos?

Os judeus e a lei (Rm 2,17-29). Paulo continua sua discussão imaginária com o judeu, passando agora, de maneira concreta, a seus pretensos e supostos privilégios religiosos. O estilo se torna polêmico, até mesmo agressivo. Não obstante, é possível imaginar a ruptura interior que o apóstolo sentiria, ele também judeu, ao ter de escrever estas linhas aos homens e mulheres de seu povo, aos quais tanto ama e pelos quais militava no passado como fanático perseguidor de Cristo em nome de quem hoje lhes fala.

Paulo vai mencionar os três privilégios fundamentais que, como muros de proteção contra os outros povos, transformavam os judeus em pessoas especiais, um povo escolhido, exclusivo, irrepreensível... segundo

eles mesmos, evidentemente. O primeiro, o privilégio de sangue e de raça: “Tu, que és chamado judeu” (v.17); o segundo, a lei, ou “a regra da ciência e da verdade” (v.20); o terceiro, a marca de exclusividade: “a circuncisão” (v.25). A seguir, passa a desmontar cada um desses bastões de autoss segregação e privilégio. E o faz confrontando seu interlocutor imaginário com seu passado histórico de transgressões e pecados, apesar da lei, da circuncisão e de todo o aparato religioso-ideológico de que estavam rodeados. O resultado não pode ser mais patético. Finalmente, Paulo vem dizer-lhes que são tão ignorantes, tão ladrões, tão adúlteros e tão saqueadores de templos como os incircuncisos e os pagãos. E mais, acrescenta que existem pagãos decentes e honestos que poderiam muito bem proceder como seus juízes (v.27). Paulo se transformou de fanático judeu em fanático antijudeu? Não é esta, nem mais nem menos, sua intenção. Substituamos os “judeus” por todos aqueles que fazem de sua religião, da cor da sua pele, da raça ou nacionalidade, do seu dinheiro, de seu status social, de seu cargo eclesiástico ou civil um instrumento de privilégio, discriminação ou opressão, e teremos entendido a intenção do apóstolo. A todos eles, simbolizados em seu imaginário interlocutor judeu, está Paulo pregando o Evangelho da ira de Deus.

Deus é fiel (Rm 8). A reação é imediata. Se tudo isso é verdade, parece rebater-lhe seu interlocutor, a que se reduz a fidelidade de Deus a seu povo se permitiu que este caísse tão baixo? Para que serve ser judeu? Foi tudo uma zombaria de Deus? E o que é mais sério, quase maquiavélico: se nossos pecados, por fim, servem para que Deus mostre sua bondade, pecando nós não fazemos a Deus um favor? Não é injusto que Deus permita nossos pecados e depois se sirva deles, mesmo que seja para finalidades salvíficas? Toda essa possível argumentação Paulo a reduz ao absurdo. Não tem necessidade de refutá-la diretamente, pois

não está falando a ateus ou agnósticos, e sim a seu povo, para o qual a mensagem de Deus nas Escrituras é sempre a última palavra de todo o argumento. Na realidade, esses questionamentos existenciais que o ser humano propõe sobre sua liberdade perante a liberdade de Deus, sobre o pecado e o castigo, sobre o bem e o mal, já haviam encontrado resposta na Bíblia, uma resposta à medida da capacidade humana e que somente pode ser apreendida na escuridão da fé (cf. Jó 40,7-14; Sb 12,13; Ex 9,16).

Todos são pecadores (Rm 20). Paulo apela justamente para as Escrituras para tirar sua conclusão final: “Não há nenhum justo” (v.10), “Não há um só que tenha inteligência, um só que busque a Deus” (v.11). Judeus e pagãos, cada qual a seu modo, com lei ou sem ela, todos estão sob o império do pecado. O apóstolo deixa de um lado os judeus e seus pecados e defrontando-se agora com toda a humanidade, contempla-a sob o domínio do Pecado - no singular e com maiúscula - como querendo personificar essa potência maléfica que alcança o homem e a mulher até nas raízes mais profundas do seu ser e que envenena e corrompe toda a história humana.

O número e a variedade das citações das Escrituras que acrescenta a seguir, o apóstolo não os considera como provas adicionais da conclusão a que chegou a respeito da condição pecadora da humanidade, e sim como “Palavra de Deus em ação”, ditando uma sentença de ira sobre a humanidade. Dito em outras palavras, Paulo está consciente de estar anunciando o Evangelho da ira de Deus, agora, enquanto escreve esta Carta aos Romanos. O diagnóstico que faz do ser humano, com base em metáforas bíblicas, não é um desperdício. Parece um médico examinando minuciosamente um enfermo em fase terminal, que vai comprovando como a enfermidade fez estragos, afetando todo seu organismo, destruindo todos os membros do corpo um a um. É nesse panorama desolador que

irromperá com todo o seu poder o Evangelho da salvação.

Agora se revela a justiça de Deus (Rm 31). Texto capital e denso que anuncia a justiça - salvação - de Deus revelada na morte e na ressurreição de Jesus Cristo, tema que constitui a mensagem principal de toda a pregação de Paulo. Começa, pois, seu evangelho de salvação afirmando que “agora” (v.21) essa vontade salvadora de Deus se revela e se realiza “pela fé em Jesus Cristo” (v.22). Agora se está oferecendo a todos e a todas sem distinção, sob a única condição de que creiam. Agora, a ira de Deus - sua ausência - está se transformando em presença de amor salvador para os que aceitam Jesus pela fé. Ninguém pode se atribuir méritos nem exigir direitos, pois trata-se de um dom de Deus, absolutamente gratuito.

Toda a Carta aos Romanos, mais ainda, todos os escritos de Paulo dirigem-se com insistente urgência para esse “momento presente” como “oportunidade” oferecida de salvação. O triunfo futuro do reinado de Deus começou “já” e “agora”. O apóstolo o afirma com plena convicção como o fez o próprio Jesus na sinagoga de Nazaré: “Hoje se cumpriu este oráculo que vós acabais de ouvir” (Lc 4,21). Ainda que este anúncio seja para toda a humanidade, Paulo vai proclamá-lo como se tivesse diante de si somente os judeus. Por quê? Em primeiro lugar, porque a conversão de seu povo é para ele como uma assinatura pendente, e toma essa oposição dos seus ao Evangelho como um punhal cravado no coração. Em segundo lugar, porque a resistência dos judeus à sua mensagem podia ser entendida como exemplo de toda atitude religiosa exclusivista e autossuficiente que exhibe como intocáveis seus direitos e privilégios. Poder-se-ia dizer que o apóstolo tenta matar vários pássaros com uma pedrada só. Vejamos.

Dirige-se aos judeus de seu tempo, sim, mas seu olhar vai mais além. Tem, talvez, os olhos fixos na comunidade de Roma à qual escreve esta

carta, e cujos cristãos - que procedem do judaísmo - não chegam a se desembaraçar do fardo da lei de Moisés - para eles fonte de privilégios e de direitos -, discriminando por isso os cristãos provenientes do paganismo e colocando em perigo a unidade e a comunhão de toda a Igreja de Roma. Mas também se dirige a nós, cristãos da atualidade, visto que, se somos valentes e sinceros, também descobriremos na arrogância e autossuficiência do “judaísmo de seu tempo”, nossa própria autossuficiência e arrogância religiosa, lastro do qual tanto nos custa desembaraçar-nos como comunidade eclesial.

O apóstolo quer deixar claro que a “lei judaica” foi substituída pela “lei da fé”, com a qual descobrimos o verdadeiro semblante de Deus, semblante de um Pai que é amor infinito e que ama a todos de igual modo, judeus e não judeus. As barreiras que dividem e discriminam as pessoas foram derrubadas. A fé abre-nos para o Evangelho da salvação universal revelada em Jesus, o Messias.

Paulo emprega o vocabulário teológico-jurídico judaico - não nos esqueçamos de que está se dirigindo a seu povo -, mas dando-lhe um novo significado para nos apresentar o protagonismo de Jesus, morto e ressuscitado, nesta iniciativa de salvação de Deus. E assim, sobre o fundo dos sacrifícios rituais do templo de Jerusalém, diz que Jesus nos resgatou (v.24) de nossos pecados e que seu sangue é expiação (v.25) para os que nele creem. Ambos os termos, resgate e expiação, podem parecer-nos um tanto estranhos para nossa mentalidade de hoje, por isso preferimos articular o mistério com outras categorias e conceitos. Não obstante, a mensagem é a mesma: Jesus morreu por todos para salvar a todos. Diante dessa loucura do amor de Deus, pode-se continuar pensando com orgulho que nos salva o cumprimento das obras mandadas pela lei? Paulo responde com uma frase atrevida: lei, sim, mas contanto que

seja “pela lei da fé” (v.27).

O exemplo de Abraão (Rm 4,1-12). Neste diálogo imaginário com o “judaísmo do seu tempo”, fica pendente uma pergunta: para que serviram, então, a circuncisão e a lei de Moisés? Não foi tudo em vão? De maneira nenhuma, parece Paulo responder. É precisamente a “lei da fé” revelada agora na pessoa de Jesus, morto e ressuscitado, a chave que dá interpretação e validade à “lei de Moisés” e à circuncisão. O apóstolo, com a Escritura na mão, passa a prová-lo remontando a Abraão, a figura central do povo judeu. Coloca seu olhar no momento mais crucial e significativo da vida do patriarca: Deus lhe promete, em sua velhice, uma descendência tão numerosa como as estrelas do céu. Todavia, contra toda esperança humana (v.18), o patriarca confiou em Deus: “Abraão confiou no Senhor, e o Senhor lho imputou para justiça” (Gn 15,6), isto é: recebeu a fé de forma gratuita, foi justificado, recebeu a salvação. A circuncisão do patriarca (Gn 17,20) aconteceu depois, “como selo da justiça que tinha obtido pela fé” (v.11). Séculos depois chegou a lei de Moisés. Assim, a circuncisão e a lei tinham um valor de referencial. Eram “memória ativa” do momento fundacional do povo judeu, que teve sua origem no ato de fé de Abraão pelo qual se transformou em “patriarca” - em vez de “antepassado” - de Israel graças ao cumprimento da promessa que Deus lhe fez.

A promessa de descendência (Rm 4,13-25). Paulo quer resgatar a “paternidade” de Abraão dos estreitos limites nacionalistas a que havia sido reduzida pelo povo judeu em razão da lei e da circuncisão - os judeus davam a Abraão o título de “nosso pai”. Paulo lhe outorga uma dimensão universal: de “patriarca de Israel” passa a ser “pai de todos os que creem”. O dom da fé e a resposta crente, que definiram as relações entre Deus e Abraão, serão também os elementos que marcarão o rumo

das relações entre Deus e a prometida descendência do patriarca.

O apóstolo revela toda a riqueza que leva consigo o ato de fé de Abraão. Confiando em Deus, o patriarca acreditou que Deus, outorgando seu perdão, pode transformar uma pessoa culpada em “justa” - salva -, que pode transformar dois anciãos estéreis em portadores de vida. Tudo em que o patriarca acreditou cumpriu-se em sua pessoa, isto é, “foi-lhe imputado em conta de justiça” (4,3). Paulo assinala que isso foi escrito para que nós creiamos que Deus ressuscitou Jesus Cristo dentre os mortos. O tema da ressurreição de Jesus, anunciado em 1,4, afirma-se com força no final desta sessão da carta. Na realidade, esteve latente em todo o percurso de Paulo pelas Escrituras como uma luz que iluminou o verdadeiro sentido da história do povo judeu narrada na “lei e nos profetas”. No final (vv.24s), resume-o assim: para nós cumpre-nos acreditar porque cremos “naquele que dos mortos ressuscitou Jesus, nosso Senhor, o qual foi entregue por nossos pecados e ressuscitado para nossa justificação” - para outorgar-nos a salvação.

Consequências da nova justiça (Rm 5,1-11). Começa outra seção da carta. A linguagem jurídica passa para segundo plano e cede seu lugar para outra mais ética. À preponderância da justiça divina sucede o predomínio do amor. Já não existe distinção entre judeus e pagãos. Paulo larga o povo judeu, como seu interlocutor imaginário, e se dirige agora à comunidade cristã que se torna cristã por ter recebido a justificação - salvação - pela fé. Vai explicar em que consiste essa “justificação” que possuímos como dom gratuito de Deus mediante Jesus Cristo. Que significa, pois, para o apóstolo, viver como “justos” ou, para usar nossa linguagem corrente, como “cristãos”? Paulo começa sua exposição com um “agora”, como situando tudo o que vai dizer no presente de nossa vida diária.

Primeiro: é a “paz”, porém no sentido que a entende o apóstolo

tanto a partir de sua cultura bíblica quanto a partir de sua fé em Jesus ressuscitado. “Estar em paz com Deus”, na Bíblia, é o bem-estar de que goza quem é amigo de Deus. Não se trata, simplesmente, de um bem-estar psicológico ou nitidamente humano. Vai mais além. É a posse e o júbilo da própria pessoa do amigo como riqueza própria. É viver a vida do amigo: “Se vos possuo, nada mais me atrai na terra” (Sl 72,25). Pois bem, a ressurreição de Jesus tornou possível e real essa condição de “paz” na qual nos encontramos. Já estamos participando da vida do ressuscitado, “agora”, como dom de paz (cf. Jo 10,10; 20,20). “Paz” é sinônimo de “vida” para Paulo.

Segundo: é a “esperança”, irmã e companheira da paz. É a promessa, penhor e garantia de um futuro de glória e de ressurreição igual ao de Jesus Cristo que Deus nos preparou. E assim, o estado de “paz” de que gozamos agora se desdobra em “esperança”. O “futuro” de glória da pessoa que crê e da pessoa que espera não é quimera nem utopia, mas sim dá a mão ao “presente” na única realidade que para Paulo importa e que domina todo o horizonte da história - presente, passado e futuro -, Jesus Cristo morto e ressuscitado por nós.

Com a paz e a esperança o cristão não se livra nem elimina as adversidades e os sofrimentos da vida presente, sejam elas próprias da condição humana, sejam acarretadas pelo seguimento de Cristo, e sim os assume com responsabilidade, paciência e constância sabendo que, no final, o poder da vida triunfará sobre os poderes da morte. O que parece incrível para nossa capacidade humana não o é para o amor incondicional e infinito de Deus revelado na morte e ressurreição de Jesus. Um amor que não tem sua origem em nossa inocência ou boa conduta, e sim justamente em nossa condição de pecadores. Como música de fundo desse incrível “evangelho de salvação” pregado por Paulo parece

ecoar a declaração de amor de Deus a seu povo que o profeta nos narra: “O justo, meu servo, justificará muitos homens, e tomará sobre si suas iniquidades” (Is 53,11; cf. 1Jo 4,10).

Comparação entre Adão e Cristo (Rm 5,12-21). Paulo expõe agora a libertação do pecado e da morte nesta grandiosa antítese comparativa entre Adão e Cristo. É este um texto denso e difícil, como se o apóstolo estivesse lutando para compreender e formular um mistério; por isso esta passagem da carta continua suscitando tantos esforços de interpretação. Paulo lança mão, uma vez mais, de seu método de exposição favorito: a antítese e o contraste.

Nos primeiros capítulos da carta, o apóstolo contemplou toda a humanidade unida em uma espécie de maligna e negativa solidariedade sob o império do pecado. Agora dá um nome próprio à origem dessa humanidade pecadora: Adão. E sobre ele despeja a responsabilidade de introduzir no mundo o pecado e a morte, deixando essa trágica herança para todos os seus descendentes. Para Paulo não se trata de uma “herança” que nos tenha caído em cima como uma maldição imposta e sem sentido que não deixa opção nenhuma para nossa liberdade - algo assim como o “destino” de uma tragédia grega -, e sim como um “patrimônio” ratificado e confirmado por nossos pecados pessoais. Já deixou claro anteriormente que tanto judeus quanto pagãos todos são pecadores.

O apóstolo dá mais um passo, e o faz ressaltando o princípio de solidariedade que reúne toda a família humana em uma sorte comum e, conseqüentemente, a relação corporativa que existe entre Adão, primeiro pecador e arauto da morte, e sua descendência. Aqui se enraíza a força e a novidade de sua argumentação. Não está falando de nossos pecados pessoais, e sim de nossa misteriosa participação no pecado original do primeiro homem, independentemente das condutas individuais: “Por

um só homem entrou o pecado no mundo” (v.12). Em outras palavras, todos nós herdamos o pecado de Adão e, como consequência, a morte, “porque todos pecaram” (v.12) associados corporativamente ao pecado de nosso primeiro antepassado. Também a morte afeta a todos, mesmo aos que não haviam pecado - pessoalmente - imitando a desobediência de Adão (v.14). O apóstolo não chama o primeiro homem de “pai”, pois a paternidade é transmissora da vida e não da morte.

Que alcance têm essas afirmações? Paulo não é um historiador do drama do “paraíso terrestre”, nem é sua intenção descobrir o mistério do “pecado original”, ou explicar seu mecanismo de transmissão; ambas são questões que muitos problemas proporcionaram aos teólogos durante toda a história da Igreja. Deve-se situar o apóstolo na linha dos grandes narradores bíblicos que, empregando mitos e relatos de origens, nos transmitem uma mensagem religiosa como Palavra de Deus. E esta é sua mensagem simples e concisa: todos participamos da culpa de Adão e nascemos com esse “pecado original”.

Essa realidade do “pecado original, não obstante, só pode ser percebida em tensão relacional com a outra realidade da solidariedade corporativa que associa a humanidade ao ato redentor de Cristo, da mesma maneira que o anúncio da ira de Deus não pode entender-se separadamente do anúncio do “evangelho da salvação”.

Paulo apresenta agora o outro protagonista da história humana, aquele que verdadeiramente lhe interessa: Cristo. Os dois personagens, não obstante, não estão no mesmo plano de igualdade. Na realidade, não existe comparação entre um e outro, pois o protagonismo do primeiro no delito e na morte fica anulado pela superabundância do dom e do “favor de um só homem, Jesus Cristo” (v.15). Se o apóstolo os compara propondo Adão como “figura” de Cristo, é precisamente para ressaltar a

antítese e o contraste entre ambos. Paulo intui que somente deixando-se atropelar pela violência misteriosa do mal, representada no antepassado da humanidade, Adão, é que podemos revelar um pouco o mistério do amor infinito de Deus mostrado na morte e na ressurreição de outro homem, seu filho Jesus.

Todavia, Paulo já não vê Adão, e sim aquele para quem Adão aponta e assinala, e de quem é “figura” por contraste: Cristo. Já não contempla a humanidade submetida ao pecado e à morte, sob a ira de Deus, mas sim sob a vida e a salvação reveladas em Cristo morto e ressuscitado. À condenação do pecado original o apóstolo opõe a sentença da salvação original que se estende a todos os homens - e mulheres - e que concede a vida (v.18). A ação criadora de Deus da qual surge o universo, a humanidade e tudo quanto existe, é já para Paulo um ato de salvação, um dom de amor em Cristo. Desde o princípio “é Deus que, em Cristo, reconciliava consigo o mundo, não levando mais em conta os pecados dos homens” (2Cor 5,19). Por isso Cristo “é a imagem do Deus invisível, o Primogênito de toda a criação” (Cl 1,15), e por meio dele, o Verbo, “tudo foi feito por ele e sem ele nada foi feito” (Jo 1,1-3).

Já não são o pecado e a morte que determinam as origens e o rumo da família humana e de toda a criação, mas sim a reconciliação, a salvação e a vida; e tudo graças ao favor copioso (v.17), à ação reta (v.18), à obediência (v.19) de uma pessoa, Jesus Cristo que fez com que o delito fosse superado pela graça (v.20) que reinará pela justiça para uma vida eterna (v.21).

Mortos para o pecado, vivos com Cristo (Rm 6,1-11). Uma possível objeção, já proposta e resolvida em 3,5-8, serve a Paulo de pretexto e de conexão para expor em que consiste a vida nova do cristão. Está respondendo às acusações de seus inimigos de não levar a sério o pecado

ao acentuar tanto a salvação trazida por Jesus Cristo? A graça é algo assim como uma licença para pecar? Porque, se quanto mais pecado houver, maior será o perdão, e se perdoar é a “glória” de Deus, pecando não estamos fazendo um favor a Deus? “De modo algum” (v.2), responde o apóstolo a essa absurda objeção.

No âmbito de Deus em que se move o cristão já não existe lugar para o pecado. E assim, recorda à comunidade de Roma o que já conhece bem: que pelo batismo o cristão se une a Cristo em sua morte e ressurreição, que é um morrer para viver. Paulo é realista e sabe que o pecado não foi ainda completamente desterrado do mundo; por isso descreve a incorporação a Cristo pelo batismo como um processo que já começou. Com um emprego de metáforas audaciosas nas quais derrama toda sua paixão de apóstolo, Paulo contempla os batizados no mesmo ato redentor de Cristo como: consagrados ao Messias e sepultados em sua morte (v.4), enxertados em sua ressurreição (v.5), crucificada sua velha condição humana e anulada sua condição de escravos (v.6), para terminar com a exortação final: “Considerai-vos mortos ao pecado, porém vivos para Deus, em Cristo Jesus” (v.11).

Libertados do pecado, servos de Deus (Rm 6,12-23). Por viver em corpo mortal, o cristão continua exposto ao pecado, solicitado pelo desejo (cf. Tg 1,14). Deve dominá-lo e submetê-lo, como diz Deus a Caim (Gn 4,7). Diante de ideologias gregas que consideravam como mau o corpo e o mundo material, Paulo afirma a unidade da pessoa humana e, portanto, o corpo pode e deve estar à disposição de Deus como instrumento do bem (v.13). Eis aqui uma concepção realista da unidade do homem e de sua responsabilidade.

Voltando à objeção anterior, novamente demonstra que é absurda: “Então? Havemos de pecar por não estarmos sob a lei, mas sob a graça?”

De modo algum“ (v.15). A graça não dá permissão ao pecado; exatamente o contrário, capacita para submetê-lo. A vida do cristão é de uma tensão existencial entre o pecado e Deus. E não existem termos médios nem possibilidade para a neutralidade ou, como diz o provérbio: “Não se pode acender uma vela a Deus e outra ao diabo”. “Quem não está comigo está contra mim” (Mt 12,30).

Paulo exprime essa tensão com a imagem mais forte que tem ao alcance da mão e que sabe que causará impacto em seus leitores: a imagem da escravidão - é provável que muitos cristãos de Roma fossem realmente escravos. Duas escravidões se apresentam ao cristão como opção de vida: a escravidão ao pecado ou a escravidão a Cristo. O pecado conduz seus escravos à morte. Ao invés, a “obediência” a Cristo - já não fala de escravidão - conduz à salvação e por ela à vida.

O apóstolo recorda aos romanos que eles já escolheram livremente: antes eram escravos do pecado, agora, por graça de Deus, submeteram-se de coração e, libertados do pecado, fizeram-se escravos da justiça (v.19). Continua explorando a imagem, consciente de seus limites, convidando-os a comparar sua situação anterior ao batismo com sua situação presente com a finalidade de os animar e para que, vigilantes, permaneçam firmes na luta, porque se trata de uma batalha. E assim, o apóstolo utiliza a linguagem militar para afirmar que aquele que “milita” como escravo às ordens do pecado receberá, como pagamento, a morte. Deus, em troca, não paga salário, mas presenteia, como se faz entre pessoas livres; esse presente é a vida eterna (cf. Jo 8,32).

Comparação do matrimônio (Rm 7,1-6). Nos capítulos anteriores já apareceram várias alusões à lei de Moisés (3,20.21.28; 5,20; 6,14). É esse um tema que aparece em todas as grandes cartas de Paulo (cf. Gl 3,10-13), porque era justamente a “lei” o grande obstáculo que impedia

o judaísmo de seu tempo de aceitar o Evangelho. Dirigindo-se, pois, aos judeu-cristãos e, implicitamente, aos judeus, lhes diz sem atenuantes que Cristo nos libertou também da lei de Moisés. Não passa a provar a afirmação, pois já o fez anteriormente, mas a ilustra com uma comparação do direito matrimonial romano que Paulo aplica, de maneira muito curiosa, à condição cristã. Olhe-se por onde se olhar, o apóstolo vem dizer que o matrimônio que unia os judeu-cristãos à lei ficou dissolvido por dupla disfunção. Se se olhar para o esposo - a lei - este morreu pela ação de Cristo e, por conseguinte, a esposa - o judeu - fica livre para se casar com outro. Se se olha para a “esposa” - o judeu, agora cristão -, bem, esta também morreu pelo batismo, e na sua nova vida já não está ligada a seu esposo antigo - a lei.

O que Paulo aponta é para a nova realidade na qual o cristão vive e que compara com um matrimônio no qual Cristo ressuscitado é “o esposo”, o cristão é “a esposa”, e cuja união é fecunda em frutos para Deus (cf. Jo 15,8). Justamente o contrário da fecundidade fatal das paixões “despertadas pela lei” (v.5) que dão frutos destinados a morrer (cf. Tg 1,15).

A condição pecadora (Rm 7,7-13). Estamos na parte mais dramática da carta. Paulo interioriza essa luta contra o pecado e a vê como um desdobramento e despedaçamento de sua consciência que acaba em um grito pedindo ajuda. Pelo que tem de introspecção lúcida e apaixonada, esta página é magistral. É como se o pecado fosse uma “fera” que está à espreita na porta da consciência (cf. 1Pd 5,8) e à qual o homem tem de submeter-se (cf. a história de Caim, Gn 4,1-8).

Paulo está falando em primeira pessoa? Certamente que sim; mas vivendo em sua própria carne esse drama comum, faz-se ao mesmo tempo o porta-voz de todos nós: “Quem é fraco, que eu não seja fraco?”

Quem sofre escândalo, que eu não me consuma de dor?” (2Cor 11,29). É, pois, a humanidade inteira em sua luta contra o pecado que o apóstolo quer abranger nesse grito de angústia. Quanto à lei que menciona, de que lei fala? Só da lei judaica? Esse é o contexto imediato; não obstante, por tudo o que dirá a seguir, a visão do apóstolo abrange toda a lei - a judaica, a cristã, a de qualquer religião -, vista a partir da condição pecadora do ser humano. A lei é pecado? (v.7), pergunta-se o apóstolo retoricamente, para responder que pensar assim seria um absurdo. A lei não manda pecar, pois “a lei é santa e o mandamento é justo, justo e bom” (v.12). A força, pois, de seu argumento não está na bondade ou maldade intrínseca da lei e sim na astúcia, na insídia de nossa condição pecadora personificada nesse protagonista sinistro, o pecado, capaz de transformar até o próprio Decálogo em instrumento de prevaricação, pois, “aproveitando-se da ocasião que lhe foi dada pelo preceito, excitou em mim todas as concupiscências” (v.8)... “seduziu-me e por ele me levou à morte” (v.11).

É fascinante a descrição psicológica que Paulo faz desse aspecto da lei como tentadora quando o pecado a procura manipular. A lei proíbe, dá nome, chama a atenção sobre o objeto proibido, valoriza-o, exhibe-o como um desafio e um troféu. O preceito, afirma o apóstolo, ceva e engorda o pecado, revela sua natureza... transforma-o em superpecado (v.13).

Dominados pelo pecado (Rm 7,14-25). Paulo contempla a situação do “eu” sob o pecado com uma frase quase desesperada: “Eu sou carnal, vendido ao pecado” (v.14). Uma encruzilhada de forças contraditórias parece aninhar-se no ser humano, as quais vão anulando, uma a uma, toda sua capacidade ética e efetiva de fazer o bem: “Não faço o bem que quereria, mas o mal que não quero” (v.19) e assim em um crescendo, até assinalar o inimigo que leva dentro: “O pecado que em mim habita”

(v.20), “E me prende à lei do pecado, que está em meus membros” (23). Não obstante, ao desespero da derrota: “Homem infeliz que sou!” (24), responde o grito agradecido da vitória: a libertação já está aqui: “Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor” (v.25). É como se à beira do abismo surgissem nele asas.

Assim termina Paulo seu dramático percurso pelo “Evangelho da ira” (1,18), que nos levou desde a visão da corrupção do mundo pagão e judaico de seu tempo até a origem do pecado de Adão, para penetrar depois nas leis humanas manipuladas pelo pecado e até na mesma estrutura da pessoa, onde também se aninha o pecado. O apóstolo chegou até a própria raiz que une todos os homens e mulheres do mundo em solidariedade na culpa, anterior e acima das religiões, raças e culturas: a condição pecadora da família humana.

Não obstante, esse “Evangelho da ira” de Deus não é senão a outra face do mistério: o Evangelho da salvação universal oferecido em Jesus Cristo e por Jesus Cristo.

Vida pelo Espírito (Rm 17). “Quem me livrará deste corpo que me acarreta a morte?” (7,24), perguntava-se Paulo. E agora responde: Cristo, doando-me seu Espírito. Este novo poder descreve-o em oposição à lei do pecado e da morte.

A pessoa humana, abandonada às suas próprias forças, não pode enfrentar um inimigo tão poderoso como a “lei do pecado”. A derrota significa a morte total, a ausência de Deus. Mas agora contamos com um aliado formidável: o Espírito Santo, que nos está colocando a vitória ao alcance das mãos. A batalha continua, as forças do pecado continuam ameaçando com sua capacidade destrutiva, mas a situação mudou. Todos os temas fundamentais da pregação de Paulo estão presentes neste capítulo para nos dar uma grandiosa visão da fé cristã como caminho

de vida e esperança, contemplada sob a revelação do mistério de amor de Deus em seus três protagonistas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A pessoa humana já não está sozinha na luta. Deus Pai comprometeu-se a fundo nela, enviando seu Filho ao mundo “numa carne semelhante à do pecado” (v.3), afirma Paulo com o mais atrevido realismo que lhe permite a língua grega em uma tentativa de exprimir o inefável, isto é, que é Cristo, “verdadeiro homem”, aquele que se defronta com o pecado no próprio terreno dele, a pecadora condição humana, para derrotá-lo sem se contaminar.

A morte e a ressurreição de Jesus abrem as portas do mundo para o Espírito. Assim entra no cenário da nossa luta contra o “instinto” que nos arrasta para o pecado e para a morte, o terceiro personagem do “mistério da salvação”, o Espírito Santo, a quem Paulo nomeará 29 vezes neste capítulo. O apóstolo apresenta o Espírito Santo com um dinamismo de atividade envolvente: inspira (v.5), tende à vida e à paz (v.6), habita nos cristãos (v.9), dará vida a nossos corpos mortais (v.11), ajuda a mortificar as ações do corpo (v.13), até culminar na grande revelação do supremo dom que resume e inclui todos os outros: faz-nos filhos de Deus, permite-nos clamar *Aba*, Pai (v.15), atesta a nosso espírito que somos filhos de Deus (v.16), herdeiros de Deus, coerdeiros com Cristo (v.17). O apóstolo termina dizendo que, agora, essa “filiação e herança” (cf. Mc 14,36; Gl 4,6) é compartilhar sua paixão, através da qual compartilharemos também sua glória (cf. Fl 3,10s).

Esperança de glória (Rm 27). Paulo começa falando da glória dos que sofrem com Cristo e que se manifestará em nós (v.18). Em continuação, coloca nesse “horizonte da esperança” toda “a humanidade”, toda “a criação”, pois ambas as traduções do termo grego usado são possíveis e até complementares. Essa grandiosa visão do apóstolo encontrará,

certamente, em nossa geração mais empatia que em gerações anteriores. Para o homem e para a mulher de hoje, o destino da humanidade e o da criação fizeram-se inseparáveis. Justiça, paz e integridade da criação transformaram-se no “credo” não só de ecologistas, e sim de todos os homens e mulheres de boa vontade, crentes ou não crentes.

Paulo, certamente, não fala como ecologista nem somente como homem de boa vontade. Sua visão é mais profunda. Sua cultura bíblica não lhe permite separar “Deus criador” do “Deus salvador”, nem a “criação do homem e da mulher” da “criação da terra e do cosmos”. Se a queda do homem arrastou com ela toda a criação, “maldito seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida” (Gn 3,17; cf. Sl 101,27), a salvação do homem e da mulher afetará também toda a criação, “vou criar um céu novo e uma terra nova” (Is 65,17; cf. 2Pd 3,13). O apóstolo contempla a humanidade e a criação no caminho da salvação - já realizada em Cristo, mas ainda não concluída - com o olhar expectante e fixo nesse futuro da libertação que se faz já presente na esperança, “pois sabemos que toda a criação geme e sofre como que dores de parto” (v.22).

Dentro dessa humanidade expectante, Paulo se dirige aos cristãos “Também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos em nós mesmos, aguardando a adoção, a redenção do nosso corpo” (v.23), em clara alusão à função fundamental da comunidade crente: anunciar o evangelho da salvação universal, em solidariedade de sofrimentos e de expectativa com a comunidade humana, dando testemunho de nossa esperança (cf. 1Pd 3,15). O Espírito Santo, que é dinamismo de ação como também dinamismo de oração, é o mediador eficaz desse anúncio e testemunho cristão, transformando as dores do parto da criação toda em gemidos inefáveis de oração (vv.26s).

O amor de Deus (Rm 39). Paulo fecha o capítulo com essa espécie de canto triunfal ao amor que Deus e Cristo têm por nós. Graças a ele sairemos triunfantes de todas as tribulações que a vida nos oferece. Embora o parágrafo comece com o amor do homem a Deus, não é daquele a iniciativa, pois foi Deus quem começou escolhendo, destinando, chamando, tornando justos, glorificando (vv.29s). O apóstolo não fala de “predestinados” como se se referisse a “nós” perante “os outros”, mas exatamente ao contrário. A ênfase está na iniciativa divina da salvação que é universal, por isso Jesus Cristo é o “primogênito de muitos” (v.29) sem exceção. Esse processo de salvação consiste em reproduzir em cada um de nós a imagem de seu Filho. A imagem de Deus (cf. Gn 1,27) deformada pelo pecado renova-se assim como imagem e semelhança de nosso irmão maior.

Se a comunidade cristã, à qual se dirige o apóstolo com o repetido “nós”, vive já na fé e na esperança essa realidade de salvação, deve fazê-lo “em referência” a toda a humanidade, como símbolo e anúncio do que o Espírito está realizando misteriosamente em todos os homens e mulheres de todas as religiões. Isso é o que queremos dizer quando chamamos a Igreja de “sacramento de salvação”. A isso se refere Paulo quando exclama em um grito de vitória: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (v.31). Não é este um “grito de guerra” contra ninguém, como tantas vezes foi deformado ao longo da história cristã. Deus tomou partido do homem e da mulher de toda nação, raça ou religião, em um ato de amor do qual nada nem ninguém poderá nos separar, e que vai além da morte, pois é penhor de ressurreição.

A situação de Israel (Rm 9,1-5). O fio do discurso parece interromper-se, e Paulo dedica três capítulos ao destino de Israel. Seria universal uma salvação por Jesus Cristo que excluísse os judeus?, parece

ser essa a pergunta obsessiva do apóstolo. Para ele é um enigma que seu povo, depois de séculos esperando o Messias, majoritariamente não o tenha acolhido à sua vinda. Certamente os cristãos de Roma, procedentes do judaísmo, participavam da mesma ansiedade que Paulo, ou talvez alguns sentissem a autossuficiência e o orgulho de se sentirem “eles” os convertidos, os escolhidos diante “dos outros”. A eles Paulo dirige esses capítulos. Também se dirige à comunidade cristã de nossos dias, confrontada com o mesmo enigma evangélico do apóstolo, no que hoje chamamos de última fronteira da missão da Igreja: o diálogo com as outras religiões.

A fórmula solene do juramento com que o apóstolo começa seu “diálogo” com a história religiosa judaica poderia servir de modelo cristão para todo início de diálogo inter-religioso. Jura falar sinceramente, “digo a verdade em Jesus Cristo, não minto” (v.1), mas também em total sintonia com seu povo e sua raça. Se é apóstolo dos pagãos, é também irmão dos judeus, e em suas palavras vibra um intenso afeto de família e o arrebatamento de uma solidariedade que o leva a exclamar atrevidamente que estaria disposto, como Cristo, a transformar-se em “maldição” (cf. 1Cor 12,3; Gl 3,13; Ex 32,32) para poder salvar seu povo (v.3). Quantos cristãos da Ásia e da África se sentirão identificados com Paulo ao ler estes capítulos de sua carta!

A escolha de Israel (Rm 9,6-33). Paulo defronta-se com o enigma da presente recusa do Evangelho por parte da maioria de seu povo. O apóstolo jurou que vai ser sincero e o é, embora o que vai dizer doa e apareça como escandaloso aos olhos da razão e da justiça humana. Ele não fala como filósofo racionalista, mas sim como cristão. Começa afirmando que Deus não abandonou seu povo. Os israelitas, adotados como filhos de Deus, gozam de sua presença, de sua fidelidade às promessas feitas,

e devem ter-se sentido orgulhosos já que de sua descendência nasceu o Messias. Pois bem, quem constitui e constituiu desde sempre o verdadeiro povo de Deus? Quem são os verdadeiros “israelitas”? O emprego do termo “israelitas” tem sua intenção. Já não faz referência nem à raça nem à etnia como o termo “judeu” empregado em outras passagens da carta (cf. Rm 1,16; 9,24), e sim ao povo nascido da soberana e misteriosa liberdade da escolha do Deus da história: “Farei misericórdia a quem eu fizer misericórdia; terei compaixão de quem eu tiver compaixão” (v.15), como disse Moisés (Ex 33,19).

Paulo se lança a demonstrá-lo através de um detalhado e laborioso percurso pelos personagens principais, homens e mulheres que balizaram a história de Israel como seus verdadeiros protagonistas. O fio condutor é o mesmo: todos foram livremente escolhidos, às vezes contrariando as leis tribais de sucessão; sem méritos de sua parte; alguns deles milagrosamente nascidos de mães estéreis como Sara e Rebeca; outros escolhidos “antes mesmo que fossem nascidos, e antes que tivessem feito algum bem ou mal” (v.11), como no caso dramático de Jacó, escolhido já no ventre de sua mãe: “Amei Jacó, porém aborreci Esaú” (v.13). Resumindo, o “povo escolhido”, isto é, “o verdadeiro Israel”, é muito mais reduzido que o “povo judeu”; não são termos equivalentes. É simplesmente um “resto”, em termos bíblicos.

Em continuação, Paulo recolhe a reação do filósofo racionalista do momento: “Por que ele [Deus] ainda se queixa? Quem pode resistir à sua vontade?” (v.19). O apóstolo não responde diretamente à pergunta, mas sim através da imagem bíblica da argila e do oleiro (cf. Is 29,16; Jr 18,6) quer deixar em evidência que o ser humano e Deus não estão no mesmo plano de igualdade, e que é absurdo que a argila peça contas e procure compreender os planos e os desígnios do oleiro criador.

Se até aqui ficou claro que o povo escolhido, “Israel”, é muito mais reduzido que o “povo judeu”, agora afirma audaciosamente que também pode ser, e de fato é, “mais numeroso” que a “etnia e a raça judaica”: pois esses somos nós, “que ele chamou não só dentre os judeus, mas também dentre os pagãos” (v.24). Ilustra a afirmação com as palavras do profeta Oseias em que se narra o final feliz do grande poema da reconciliação de Israel, temporariamente rechaçado e novamente acolhido: “Chamarei meu povo ao que não era meu povo (...). E no lugar mesmo em que lhes foi dito: Vós não sois meu povo, ali serão chamados filhos de Deus vivo” (vv.25s). Paulo torna extensiva a aplicação a um povo que antes não era povo de Deus e que agora, por sua graça, o é: o povo pagão.

O apóstolo termina esse difícil capítulo de sua carta assinalando novamente que o único critério de pertença ao verdadeiro povo de Deus é a fé (vv.30-33). A maioria dos judeus quis conseguir a salvação com seu esforço pessoal, e falhou; não quis recebê-la como presente, e ficou sem ela, “tropeçou na pedra do escândalo” (v.32): Jesus, o Messias. Os pagãos ofereceram nada mais que sua fé para aceitar o dom, e não fracassaram: “Quem nele crer não será confundido” (v.33).

Que dizer dessas reflexões de Paulo? O enigma da rejeição ao evangelho por parte da maioria de seu povo é resolvido ou se complica ainda mais? No final das contas, seu povo recusou Deus? Não, diz o apóstolo, pois ficou um “resto”, a comunidade cristã que inclui também os cristãos procedentes do paganismo. Qual será, então, a sorte dos outros judeus, das peças de argila aparentemente recusadas pelo oleiro? O apóstolo parece responder com palavras de esperança que depois desenvolverá no capítulo seguinte: “(Onde, então, está a injustiça) em ter Deus, para mostrar sua ira e manifestar seu poder, suportado com muita paciência os objetos de ira preparados para a perdição (...). Mas quem és tu, ó

homem, para contestar a Deus?” (9,22.20). Um comentarista bíblico de nossos dias teria interpretado certamente o pensamento de Paulo: Deus quer mostrar sua cólera e seu poder, mas o que no final das contas acaba sendo mostrado é sua paciência e sua misericórdia.

Todos os enigmas, todas as tensões entre a liberdade de Deus e a liberdade do homem, entre o dom gratuito e a negação do mesmo pelo pecado, entre um Deus irado e um Deus salvador, são contemplados pelo apóstolo no horizonte da salvação, o horizonte que dá sentido e unidade a toda a carta. A misericórdia de Deus é o grande arco que abrange a história humana.

Salvação universal (Rm 10,1-21). Paulo esclarece que a rejeição ao Evangelho da maioria de seu povo é apenas temporária. Por isso começa uma nova série de argumentos desejando e orando por sua conversão. A argumentação se desenvolve no mesmo tom de polêmica e debate, a poder de citações bíblicas aplicadas conforme o estilo dos rabinos de seu tempo, mas interpretadas já com os olhos da fé. O zelo religioso dos judeus por Deus e pela observância da lei era louvável, só que exagerado e desorientado. A observância da lei tinha algo de esforço sobre-humano com a finalidade de atrair o Messias. Paulo mesmo conhecia bem esse “zelo” quando ainda se chamava Saulo (Gl 1,13). Essa espécie de fanatismo deu mais tarde nome a um movimento político-religioso de integristas e fundamentalistas, os “zelotas”. Mas esse não era o caminho.

O caminho é assinalado pelo apóstolo com uma expressão que já ficou como a do anúncio fundamental da pregação e da profissão de fé cristãs: “Se com tua boca confessares que Jesus é o Senhor, e se em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo” (v.9), em alusão e contraposição ao que dizia o profeta: “Esse povo vem a mim apenas com palavras e me honra só com os lábios, enquanto seu coração

está longe de mim, e o temor que ele me testemunha é convencional e rotineiro” (Is 29,13).

Esse convite Paulo estende a todos os povos sem diferença entre judeus e pagãos, citando novamente a Escritura e tornando universal o chamado que o profeta Joel referia ao “resto” de Israel: “Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo” (13; cf. Jl 3,5). Para isso precisa-se de missionários e anunciadores da Palavra de Deus que coloquem a caminho o dinamismo do evangelho que Paulo apresenta em um belo resumo (vv.14s): invocar o nome de Jesus pelo conhecimento e escuta de sua Palavra, anunciada por seus enviados. “Quão formosos são os pés daqueles que anunciam as boas novas” (v.15), conclui o apóstolo recordando o profeta Isaías (cf. Is 52,7).

Com outro conjunto pertinente de citações bíblicas, Paulo volta ao drama da rejeição do Evangelho pela maioria de seu povo, apesar de que o anúncio se difunde por todo o mundo (v.18) e de que Deus continua interpelando-os e tornando-se encontrável por meio de seus enviados (v.20). E termina sua proposta com a imagem irresistível de um Deus todo ternura e amor por seu povo, tomada de Is 65,2: “Todo o dia estendi as minhas mãos a um povo desobediente e teimoso” (v.21).

O resto de Israel (Rm 11,1-12). É provável que entre os cristãos provenientes do paganismo circulasse a opinião de que Deus havia rechaçado os judeus. Paulo recolhe o rumor em forma de pergunta, e responde com um cabal “de maneira alguma!” (v.1). Passa a prová-lo como sempre, procurando a Palavra de Deus nas Escrituras. O conhecimento que o apóstolo tinha da Bíblia é impressionante. Mas o é ainda mais aquele que compreender todos os acontecimentos, grandes ou pequenos, individuais ou coletivos, pessoais ou de outros, sob o prisma da Palavra de Deus que, desde sua conversão no caminho de Damasco, já projetava

“uma só cor”: a cor luminosa da salvação estendida a judeus e pagãos de maneira igual.

A prova de que Deus não rejeitou os judeus - Paulo parece dizer - é ele próprio, judeu como ninguém mais, “descendente de Abraão, da tribo de Benjamim” (v.1). Ao dizer isso, seu pensamento se dirige a Moisés quando fala dramaticamente com Deus em favor de Israel: “Aplaque-se vosso furor, e abandonai vossa decisão de fazer mal ao vosso povo” (Ex 32,12). De Moisés passa para Elias (1Rs 19) chorando diante de Deus: “Fiquei apenas eu, e ainda procuram tirar-me a vida” (v.3). Na resposta que Deus lhe dá: “Reservei para mim sete mil homens” (v.4), vê novamente seu tema favorito: a iniciativa de salvação de Deus, que é um dom gratuito, mas prodigalizado abundantemente. O número sete na Bíblia é símbolo de multidão, de universalidade.

Quanto aos outros, os que se endureceram “até o dia presente” (v.8), pergunta-se: “Tropeçaram acaso para cair?” (v.11). A resposta é surpreendente e atrevida. Somente a Paulo poderia ocorrer, deixando de lado toda lógica humana: “Mas sua queda, tornando a salvação acessível aos pagãos, incitou-os à emulação” (v.11). Mais atrevida ainda é a conclusão que tira: “Ora, se (...) a sua decadência [ocasionou] a riqueza dos pagãos, que não fará a sua conversão em massa?” (v.12). No fim, o apóstolo parece estar contemplando como todas as peças do Oleiro Criador encontram seu lugar e se ajustam umas às outras para formar seu grande desígnio de salvação universal.

Salvação dos pagãos (Rm 11,13-24). Paulo se dirige agora aos cristãos procedentes do paganismo que podem estar colocando em perigo suas relações com o judaísmo por um possível “complexo cristão” de superioridade exclusivista. Repetindo, novamente, o que implicará para o reinado de Deus a aceitação maciça do Evangelho por parte de seu povo,

quer dizer que os frutos serão espetaculares, como “uma ressurreição dentre os mortos” (v.15). Recordá-lhes que a escolha de Israel continua de pé e que seu povo continua desempenhando uma parte fundamental nos planos de salvação de Deus para o mundo. Para prová-lo emprega duas comparações. Uma, tomada da liturgia do rito de consagração das primícias da colheita (cf. Dt 26; Ne 10,36). Consagrar as primícias significava consagrar a totalidade, reconhecer a fecundidade da terra como dom de Deus. Se Deus escolheu Abraão - as primícias do povo judeu -, sua descendência inteira está incluída na bênção.

A outra comparação é mais elaborada e refere na estreita relação que existe entre cristianismo e judaísmo. Está tomada da jardinagem, e talvez seja em sua “aparente incoerência” que se deva buscar a moral dessa comparação de Paulo. A que jardineiro-horticultor lhe ocorreria enxertar um broto “silvestre” em um tronco “fértil”, e não o contrário? Pois, a Deus, parece responder o apóstolo. Assim vê ele a ação livre e paradoxal de Deus. O broto silvestre - os cristãos que provêm do paganismo - é enxertado na árvore fecunda do judaísmo. O Antigo ou Primeiro Testamento substitui o Novo. Não é raro na Bíblia comparar o povo escolhido com uma árvore: um álamo (Os 14,6), uma figueira (Jr 8,13), uma azinheira (Is 61,3). Sempre, não obstante, é Deus quem planta e fornece a seiva (cf. Is 60,21; Sl 79,9).

Dizendo em outras palavras: o cristianismo pode viver sem identidade e sem memória histórica, sem um passado no qual enraizar o dom gratuito da fé? Não precisará enxertá-lo no tronco fecundado já pela seiva da presença misteriosa de Deus, que produz uma história de salvação onde ressoaram suas promessas e onde nasceu o Messias? Para o apóstolo, o povo judeu e o povo cristão não podem existir um sem o outro. Seu destino comum é caminhar juntos até o “dia do Senhor”.

Dilatando o horizonte da visão de Paulo para além do povo judeu, para os “outros povos e as outras religiões”, não poderíamos continuar afirmando que o “divino jardineiro-horticultor” plantou também outras árvores fecundas - as outras religiões do mundo - nas quais correu e corre a seiva de sua presença produzindo “histórias de salvação”, e nas quais vai enxertando o broto “silvestre” do cristianismo? Poderia a Igreja universal, repartida pelo mundo em igrejas locais, prescindir e fazer *tabula rasa* dessas “árvores milenares” plantadas por Deus, sem perder suas raízes e sua memória histórica? Um pensador cristão contemporâneo propôs isso da seguinte maneira: “Já não podemos responder à pergunta: quem é meu Deus?, sem ao mesmo tempo perguntar ao outro: quem é teu Deus?” Hoje Paulo não saudaria como bem-vindas as “outras religiões” e as convidaria a caminhar junto com o cristianismo e com o judaísmo, em mútuo diálogo e respeito à pluralidade, até o “dia do Senhor” que é quando se manifestará definitivamente e em sua totalidade o único desígnio de salvação revelado já em Jesus Cristo?

A conversão de Israel (Rm 11,25-36). O apóstolo parece render-se diante do “enigma” da rejeição majoritária de seu povo ao Evangelho. Simplesmente não o pode decifrar. Trata-se de um mistério, de um segredo que só Deus pode revelar, e do qual ele, Paulo, se sente agora o depositário embora só consiga tocá-lo. Todas as elucubrações e argumentos já não têm sentido. O segredo, que convida à humildade e à esperança, é a futura conversão dos judeus, vinculada à incorporação dos pagãos (v.25). Quando e como não o diz, mas Paulo a espera em um futuro iminente, visto que para ele a segunda vinda do Senhor era questão de poucos anos, até mesmo não descartava a possibilidade de subir ele mesmo, ainda com vida, ao encontro do Senhor (cf. 1Cor 15,51).

Paulo descobre esse segredo - não podia ser de outra maneira -

nas Escrituras, e assim cita Is 59,20, acrescentando uma variante de Jr 31,30: “Quem pode compreender o pensamento do Senhor? (...) Quem lhe deu primeiro, para que lhe seja restituído?” (vv.34s). Esse segredo, por sua vez, contempla-o em outro ainda mais desconcertante: “Deus encerrou a todos esses homens na desobediência para usar com todos de misericórdia” (v.32). Diante desse mistério da salvação, a única resposta humana é a admiração, o reconhecimento e o louvor: “Dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele a glória por toda a eternidade. Amém” (v.36). Assim termina o apóstolo a parte doutrinal de sua carta.

Normas de vida cristã (Rm 12,1-21). Começa uma longa exortação sobre o que deve ser a conduta do cristão, não considerado como pessoa isolada, mas como membro vivo de uma comunidade de fé. O tema da unidade e da harmonia era a obsessão de Paulo. Era também o desafio constante daquelas jovens Igrejas formadas por cristãos de tão diferentes procedências e costumes tão opostos. Não esqueçamos que o apóstolo escreve de Corinto, onde as divisões internas estiveram a ponto de fragmentar irremediavelmente uma comunidade que ele mesmo havia fundado e cuidado com tanto carinho. Ter-lhe-iam chegado rumores de que, tal qual em Corinto, algo não funcionava bem em Roma? O certo é que trata do tema com a seriedade e a solenidade de quem está “anunciando o Evangelho”, e não como conselhos e admoestações comuns próprias de qualquer conclusão de carta.

Começou afirmando que o Evangelho é força de salvação para todo aquele que acredita; agora quer ver esse Evangelho encarnado nas relações pessoais de uns para com os outros, como se entre todos estivessem oferecendo um sacrifício vivo, santo, aceitável a Deus, pois este é o verdadeiro “culto espiritual” (v.1), que Deus quer. O Espírito que habita em nós é aquele que nos torna possível nos entregar a Deus e aos irmãos

em um mesmo oferecimento de amor. No clamor Aba, Pai (8,15), ressoa o clamor Irmão, Irmã! Com sua imagem favorita do “Corpo de Cristo”, já desenvolvida amplamente em 1Cor 1,12s, o apóstolo situa a unidade e a harmonia da comunidade em seu nível mais profundo. Daqui parte a longa lista de recomendações, admoestações e conselhos que entretecem a conduta ideal do cristão como membro da comunidade de fé. Trata-se de um programa tão atual para a comunidade de Roma como para a nossa Igreja de hoje.

Obediência às autoridades (Rm 13,1-10). No ano em que se escreve a carta (57 ou 58) já reinava o imperador Nero (54-68), mas ainda não havia se deflagrado a perseguição violenta contra os cristãos na qual, com toda probabilidade, foram martirizados os apóstolos Pedro e Paulo. O autor supõe que as autoridades são legítimas e honestas e que, portanto, um cristão deve ser antes de tudo um bom cidadão. A admoestação não é tão inocente como parece. O apóstolo os está advertindo, entre linhas, a não misturar indiscriminadamente política e religião. Um cristão pode viver como tal sob qualquer autoridade, seja ela cristã ou não cristã, com a condição de que seja legítima e justa. E ao invés, uma autoridade cristã não pode discriminar seus cidadãos não cristãos. Paulo vê nos deveres concretos do cidadão - pagamento de impostos, contribuições, honra, respeito a todos - uma maneira de amar os irmãos e as irmãs. Não quer que os cristãos tenham nenhuma dívida com ninguém, salvo uma, o amor mútuo (v.10) que nunca terminaremos de pagar. Aquele que ama o próximo será sempre um ótimo cidadão.

A vinda de Cristo (Rm 13,11-14). Paulo termina sua exortação sobre a conduta do cristão revestindo-a de toda a urgência de quem está vivendo os últimos dias da história. Não é o tempo como medida dos dias e dos anos a que se refere, e sim ao “agora” da salvação, que é oportunidade

e urgência. A conduta do cristão é um dinamismo que estimula para a vitória futura e definitiva que virá com a “parusia” ou “dia do Senhor”. Pois bem, diz Paulo, “a noite vai adiantada, e o dia vem chegando” (v.12), portanto, é hora de despertar, de se despojar de corrupções noturnas, de vestir-se para o dia e para a luz, e de preparar-se para a batalha. Aqui a imagem se rompe apontando para o inexprimível: o preparo para o combate e a armadura do cristão será o mesmo que venceu a morte: “Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo” (v.14).

Liberdade e caridade (Rm 14,1-6). Paulo se detém agora a comentar com detalhe um problema concreto que provocava tensões nas comunidades compostas por cristãos procedentes do judaísmo e do paganismo, como é a comunidade de Roma. Tratava-se da observância das leis judaicas, tais como jejuns e proibições alimentares, ou crenças pagãs referentes a dias de bom ou mau agouro. Alguns cristãos, os “fracos”, não chegavam a se desprender de tais práticas, quer fosse por escrúpulos, por receios supersticiosos ou por falta de formação. Outros, ao invés, “os fortes”, sentiam-se libertados de tudo isso e olhavam com desprezo os “fracos”. Paulo já havia tratado do tema em 1Cor 8 e 10,14-33 e dado uma solução de princípio, a saber: a fé em Cristo liberta o crente de semelhantes receios e observâncias. Qual era então o problema? Eram os preconceitos, as desqualificações e condenações mútuas, sobretudo vindas dos “fortes”, que colocavam em perigo a unidade e a convivência da comunidade.

Paulo trata do assunto com a máxima seriedade e põe-se em defesa decidida ao lado dos “fracos”. Não é que todas as opiniões tenham para ele o mesmo valor ou que a atitude dos “fracos” seja correta. São as pessoas e suas consciências diante de Deus que têm o mesmo valor. Por isso pede mútuo respeito e tolerância, que não é o mesmo que indiferença.

Finalmente, está pedindo à comunidade de Roma que pratique o “diálogo presidido pela caridade”, para que “os fortes” saibam que a liberdade do cristão tem de estar sempre a serviço do amor, e para que os que fraquejam descubram que devem mudar suas condutas.

Somos do Senhor (Rm 14,7-12). A exortação de Paulo se transforma agora em oração. É como se convidasse todos a recitar o hino litúrgico de confissão de fé em uso nas comunidades daquele tempo (vv.7-9), para exprimir que o único importante na vida do cristão é o Senhor: “Se vivemos, vivemos para o Senhor; se morremos, morremos para o Senhor. Quer vivamos, quer morramos, pertencemos ao Senhor” (v.8). O tema do senhorio de Cristo é constante no pensamento e no ensinamento do apóstolo. Se ele é o Senhor, a ele corresponde o último julgamento. Parafraseando Is 45,23: “Diante de mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará glória a Deus” (v.11), o apóstolo contempla a comunidade cristã na única atitude em que todas as diferenças e todos os preconceitos ficam superados: de joelhos diante do Senhor confessando seu nome. Quem se atreverá, de joelhos, a constituir-se juiz de seus irmãos e de suas irmãs?

Não escandalizar (Rm 14,13-23). Paulo volta novamente à defesa do “fraco”. Defendeu-o em Corinto, de onde escreve, na pessoa do “pobre” discriminado nas celebrações da eucaristia (1Cor 11,21) e do “explorado” nos pleitos entre irmãos (1Cor 6,8). Agora defende o fraco “escandalizado” pela provocação do forte. Se o reinado de Deus não consiste em refeições nem bebidas, mas sim na justiça, na paz e no gozo do Espírito Santo (v.17), isso se realiza compartilhando a fé e o amor entre irmãos e irmãs. E compartilhar a fé é respeitar a consciência do outro que o leva a atuar da maneira que o faz.

Diz ao forte: se tua fé - tuas convicções, tua consciência - te permite

beber vinho e comer carne, serve-te. Mas se está em jogo o amor ao irmão por causa do escândalo que lhe causas, deixa o vinho e a carne para outra oportunidade. Se não o fazes, já não estás compartilhando da fé de teu irmão, porque teu irmão também age por fé no comer só aquilo que sua consciência lhe permite comer.

Contentar os outros (Rm 6). Paulo dá um passo adiante ao afirmar que compartilhar a fé é, definitivamente, “suportar as fraquezas dos fracos” (v.1). É a única maneira de construir uma comunidade cristã e a única lei de seu crescimento. Embora o apóstolo coloque a ênfase sobre a obrigação dos “fortes”, o que na realidade está indicando é a regra de ouro de toda comunidade cristã: a “ativa aceitação” como coisa própria, de “tudo” o que faz o “outro” diferente “de qualquer pessoa”. Se forem seus pecados, essa aceitação significará ajudar a compartilhar a carga como se fosse nossa própria carga; se forem seus dons, como dons próprios; se forem suas diferentes opiniões, como riqueza complementar das nossas opiniões; se forem seus sofrimentos, como sofrimentos próprios. E assim, até destruir a última barreira que nos separa e que se aninha no mais profundo do coração humano: o medo, a suspeita e a recusa a tudo o que percebemos no “outro” como diferente, como desafio e ameaça à nossa segurança. Jesus Cristo é para o apóstolo o exemplo e o modelo para a convivência em comunidade. Aceitou nossa condição humana como própria, em tudo, na alegria e na dor (v.3). Assim, em um intercâmbio de dons, abriu-nos a todos a possibilidade de ser como ele: filhos e filhas de Deus. Que força tornará possível uma convivência fraterna como tarefa diária de carregar as fraquezas de nossos irmãos e irmãs (cf. Gl 6,2)? A Palavra de Deus, diz Paulo, é o único “poder” que conclama, une em mútuo acordo, consola a comunidade cristã e a inspira a glorificar Deus com um só coração e uma só língua.

A boa notícia para judeus e pagãos (Rm 13). A última exortação da carta é dirigida a toda a comunidade cristã de Roma, tanto aos que provêm do judaísmo como aos que vêm do paganismo: “Acolhei-vos uns aos outros, como Cristo nos acolheu para a glória de Deus” (v.7). Não se trata simplesmente de um conselho moral de convivência. O apóstolo vai mais longe, está vendo o “Evangelho da salvação universal”, revelado por Cristo, feito já “realidade e anúncio” nessa acolhida mútua de amor fraterno da comunidade de Roma. E assim, seus cristãos procedentes do judaísmo anunciam que Jesus, o Messias, é a manifestação da fidelidade de Deus, “pela realização das promessas feitas aos patriarcas” (v.8); por sua vez, seus cristãos procedentes do paganismo anunciam o mesmo Messias como a manifestação da “misericórdia de Deus” que se estende a todos os povos: “Da raiz de Jessé surgirá um rebento que governará as nações; nele esperarão as nações” (v.12). Fidelidade e misericórdia. O apóstolo estará recordando a apresentação que o próprio Deus faz de si mesmo a toda a humanidade quando Moisés invocou seu nome no monte Sinai e Deus passou diante de seu servo clamando: “Javé, Javé, Deus compassivo e misericordioso, lento para a cólera, rico em bondade e em fidelidade” (Ex 34,6)?

A fé em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, é a chave que abre para Paulo todos os segredos das Escrituras, ou o único segredo: a iniciativa da salvação universal de Deus, encaminhada a reunir todos os povos em um único e definitivo povo de Deus. A história da humanidade é para o apóstolo “uma história de salvação” que se bifurca em diversos caminhos históricos concretos - o judaísmo, as outras religiões da terra - para voltar a se reunirem todos, um dia, na realidade da Igreja, “sacramento de salvação”. Esta é a visão de Paulo no final de sua carta. A conclusão é uma oração na qual o apóstolo pede a abundância dos frutos de salvação

já presentes na comunidade de Roma: “O Deus da esperança vos encha de toda alegria e de toda a paz na vossa fé, para que pela virtude do Espírito Santo transbordeis de esperança” (v.13).

Missão de Paulo para os pagãos (Rm 33). Estas linhas soam como se Paulo quisesse desculpar sua intromissão em uma Igreja que ele não fundou, e justificar assim sua projetada visita. A linguagem é cortês e comedida. A presente carta, parece dizer o apóstolo, não pretende evangelizar os bons cristãos de Roma, e sim só refrescar coisas já sabidas. A projetada visita é só uma etapa a mais de uma viagem mais longa para uma região ainda não evangelizada, a Espanha. Sua passagem por Roma será como uma espécie de férias espirituais: “depois que tiver satisfeito, ao menos em parte, o meu desejo de estar convosco” (v.24); “encontrar no vosso meio algum repouso” (v.32). Notamos que nenhum desses projetos de Paulo se realizou tal como ele pensava. A viagem para a Espanha provavelmente não se tornou realidade; a viagem para Roma terá outro caráter e itinerário; o prazer da companhia estará limitado pela prisão. Só a carta chegará a Roma, à Espanha e a todos os países do mundo.

De todas as formas, deixando formalidades e escrúpulos de lado, Paulo não se desculpa nem da carta que lhes escreve nem da visita que lhes anuncia. É provável que os cristãos e as cristãs de Roma tenham visto ambas as iniciativas do apóstolo como a atitude mais natural. Seria natural hoje se um bispo escrevesse uma carta como esta para cristãos de outra diocese? A corresponsabilidade e colegialidade entre as Igrejas dos primeiros séculos era o ambiente natural em que se moviam os responsáveis das diferentes comunidades cristãs. Paulo evoca essa colegialidade quando menciona o itinerário de seu ministério apostólico: “desde Jerusalém e suas terras vizinhas até a Ilíria” (v.19). “Jerusalém” não só como “lugar geográfico”, mas, sobretudo, como lugar de “colegialidade

e corresponsabilidade” com a Igreja-mãe, representada por Pedro e pelos outros apóstolos. Esse ministério itinerante de Paulo concentrou-se no “anúncio do Evangelho de Cristo” (v.19), frase que foi das mais empregadas pelo Concílio Vaticano II para devolver ao “ministério ordenado” - bispos, presbíteros e diáconos - sua principal função: ser ministros e servidores da Palavra de Deus.

Saudações finais (Rm 16,1-27). A lista dos homens e das mulheres é ampla e detalhada. Cada nome é seguido de palavras de reconhecimento e gratidão pelo trabalho que realiza a favor da comunidade e pelos laços de amizade que o unem ao apóstolo. Paulo se mostra a nós como uma pessoa agradecida, um autêntico cavalheiro, amigo de seus amigos.

Esta lista é, por outro lado, uma fonte de notícias sobre as comunidades cristãs de então. Surpreende, por exemplo, o elevado número de mulheres com cargos de responsabilidade na Igreja. Justamente começa saudando Febe, “diaconisa”. Era uma mulher que recebeu as “ordens sagradas” ou que simplesmente desempenha funções assistenciais? Não sabemos, mas certamente gozaria de grande autoridade na comunidade. Outro nome mencionado, “Júnia” (v.7), intrigou sempre os estudiosos. Trata-se de “Júnia” - nome masculino - como os apresentam os manuscritos mais recentes, ou de “Júlia” - nome feminino - como o transcrevem os manuscritos mais antigos? É provável que efetivamente se trate de “Júlia”, esposa de Andrônico. Paulo diz que ambos “são muito estimados entre os apóstolos” (v.7). Uma mulher com categoria de apóstolo? Impossível, deve ter pensado, anos depois, o amanuense que “masculinizou” o nome de Júlia mudando só uma letra. Nesse tempo, a mulher havia sido reduzida ao silêncio em muitas comunidades cristãs.

Outros nomes inesquecíveis são Prisca e Áquila, o casal amigo de Paulo. O nome de Prisca é mencionado primeiro, como faz Lucas em At

18,2s e, não por cortesia, mas sim porque Prisca devia ser a verdadeira responsável pela comunidade cristã que se reunia em sua casa. Assim Paulo vai desfiando nomes de colaboradores, amigos e líderes cristãos que mantinham a vitalidade e o entusiasmo da Igreja, não só a de Roma.

As palavras finais da carta não podiam ser outras senão um hino de louvor a “Deus, o único sábio” por ter revelado em Jesus Cristo seu segredo oculto durante séculos e agora “manifestado por ordem do eterno Deus (...) dado a conhecer a todas as nações, a fim de levá-las à obediência da fé” (v.26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA ANOTADA - Editora Mundo Cristão, 1991

A BÍBLIA DE JERUSALÉM - Editora Paulus, 2000

BÍBLIA DO PEREGRINO - Editora Paulus, 2000

BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS - Editora Difusora Bíblica, 1998

BÍBLIA FÁCIL - Centro Bíblico Católico, 2001

BONORA, Antonio *et al.* *Vademecum para o Estudo da Bíblia*. Edições Paulinas, 2000

DIAS DA SILVA, Cássio Murilo. *Metodologia de Exegese Bíblica*. Edições Paulinas, 2000

DRANE, John *et al.* *Atlas da Bíblia*. Editora Paulus, 2004

SESBOÛE, Bernard *et al.* *História dos Dogmas*. Editora Loyola, 2005.